



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**PRISCILA COSTA DE BRITTO**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Salvador  
2014

**PRISCILA COSTA DE BRITTO**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms. Marlene Oliveira dos Santos

Salvador

2014

**PRISCILA COSTA DE BRITTO**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2014.

**Banca Examinadora**

Marlene Oliveira dos Santos – Orientadora \_\_\_\_\_

Mestre em Educação

Universidade Federal da Bahia

Heloísa Helena Tourinho Monteiro \_\_\_\_\_

Mestre em Educação

Universidade Federal da Bahia

Maria Izabel Souza Ribeiro \_\_\_\_\_

Mestre em Educação

Universidade Federal da Bahia

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me guiar a cada dia e me ajudar a seguir em frente nos momentos difíceis.

Aos meus pais, Éder e Dinalci e ao meu irmão Éder pelo amor, dedicação, compreensão, confiança e incentivo.

Aos familiares que sempre torceram por mim e ficam felizes por essa conquista.

Aos meus amigos, pelo carinho, incentivo e compreensão.

Aos meus colegas da FACED, em especial, às minhas amigas Aildes, Isabela e Leilane, por ter tido a oportunidade de compartilhar várias experiências acadêmicas, profissionais e pessoais. Sem dúvida, a companhia e o apoio de vocês me fizeram ser mais forte. Deus nos separou na reta final, mas confio no que ele prepara para mim. Foram quatro anos de convivência diária ao lado de vocês, jamais esquecerei!

À faculdade de Educação, por ter me proporcionado vivenciar grandes experiências, contribuindo assim para o meu desenvolvimento acadêmico e que também foram relevantes para minha vida social, pessoal e profissional.

À minha orientadora Marlene Oliveira dos Santos, pelo acolhimento e por me ajudar nesse processo. Sua colaboração foi, sem dúvida, essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Enfim, a todos meus sinceros agradecimentos.

“Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo.”

Cipriano C.Luckesi, 2002

## RESUMO

O trabalho monográfico tem como tema a avaliação da aprendizagem da criança na Educação Infantil. Para avaliar na Educação Infantil é fundamental considerar o processo, ou seja, todas as etapas e não delimitar um dia para que a mesma ocorra. O percurso do trabalho foi composto pela realização de uma revisão de literatura com base em autores e especialistas em avaliação na Educação Infantil. Os principais estudiosos consultados foram: Amanda Cristina Teagno Lopes (2003), Maria Carmem Silveira Barbosa (2008), Hilda Micarello (2010) e Maria Clotilde Rossetti- Ferreira (2011). Com base nas proposições teóricas destes estudiosos sobre a temática abordada, buscou-se estabelecer um diálogo no sentido de se conhecer e compreender mais sobre a avaliação da aprendizagem da criança focando na Educação Infantil. Este estudo monográfico visa também apresentar conceitos, princípios e tipos de avaliação na Educação Infantil, além de abordar os instrumentos que podem ser utilizados para avaliar as crianças na Educação Infantil, tendo, por exemplo: o portfólio, a observação, os registros, dentre outros. Conclui-se ser de extrema importância que o professor reflita sua prática pedagógica durante todo o processo avaliativo, colaborando de forma significativa para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

**Palavras-chave:** avaliação na Educação Infantil. Educação Infantil. Criança. Aprendizagem.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO</b>	<b>10</b>
2.1	CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	16
2.2	TIPOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INICIAL, FORMATIVA E SOMATIVA	21
<b>3</b>	<b>INSTRUMENTOS QUE PODEM SER UTILIZADOS PARA A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>24</b>
3.1	DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA	24
3.2	INSTRUMENTOS PARA A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	26
<b>4</b>	<b>CAMINHOS E DESCOBERTAS DA PESQUISA</b>	<b>36</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>44</b>
	<b>ANEXO A – Roteiro de Observação</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC que tem como título: A avaliação da aprendizagem da criança na Educação Infantil: um estudo bibliográfico.

A minha inquietação em abordar o tema da avaliação na Educação Infantil surgiu no ano de 2010 e foi determinada por dois fatores. Primeiramente, pelo contato com crianças da Educação Infantil devido a um estágio extracurricular e em seguida ao cursar os componentes curriculares Educação Infantil e Práticas Educativas na Educação Infantil. Ambos os componentes foram ministrados pela docente Marlene Oliveira dos Santos, que também me orienta nesta pesquisa.

Diante das discussões em sala de aula acerca dessa temática, senti vontade de saber como alguns teóricos, estudiosos e documentos legais apresentam e discutem a avaliação na Educação Infantil e quais as estratégias e instrumentos de avaliação são sugeridos pelos autores e documentos legais.

Com isso, aguicei a necessidade de descobrir: o que a literatura diz sobre a avaliação da aprendizagem da criança na Educação Infantil? Para tanto, tracei como objetivo geral investigar o que a literatura diz sobre a avaliação da aprendizagem da criança na Educação Infantil e como objetivos específicos identificar as concepções e os princípios da avaliação na Educação Infantil presentes na literatura e identificar e analisar os elementos constitutivos da documentação da aprendizagem da criança na Educação Infantil.

Foi desta forma que nasceu o objeto de estudo da minha investigação. Penso que este seja um tema de suma importância e deveria ser mais discutido entre os profissionais da área, pois muitos educadores e profissionais não dão a real importância a esse tema que pode e deve ser trabalhado e discutido para que assim possamos, de maneira sistemática, contribuir para o desenvolvimento integral da criança. Acredito que seja preciso ter o domínio e a clareza daquilo que estamos propondo e desenvolvendo com as crianças.

Por tanto, vejo que a construção desta pesquisa venha não apenas a contribuir na minha formação, atuação profissional e convívio social, mas trago-a



para somar-se as outras pesquisas referentes ao tema, como um incentivo aos colegas da área e quem mais interessar para que possam, cada vez mais, perceber a importância do debate sobre essa temática. Então, a relevância social deste trabalho também é a de contribuir na formação de futuros educadores ou pessoas que já trabalhem na área, levando-os a entender, refletir e aprimorar sua prática pedagógica.

Para que os objetivos sejam atingidos e a temática seja aprofundada, foi realizado um trabalho de pesquisa bibliográfica com um levantamento de materiais que abordassem o foco desta monografia. Por tanto, toda a pesquisa se fundamentou nos estudos que realizei a partir de algumas leituras.

Dentre os autores utilizados para o desenvolvimento dessa monografia, destaco aqueles que mais me ajudaram a construir um entendimento a respeito do tema, foram elas: Hilda Micarello (2010), que traz uma contribuição em relação ao avaliar na Educação Infantil e os sobre os instrumentos a serem utilizados para a avaliação e Maria Carmem Silveira Barbosa (2008), que discute sobre instrumentos avaliativos na Educação Infantil. Foram utilizados também alguns documentos legais, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Nesta monografia, além dos capítulos da introdução e da conclusão, constam de outros três capítulos, sendo que dois fazem parte do desenvolvimento do trabalho e um apresentando a metodologia de pesquisa. Esses capítulos foram intitulados da seguinte forma: o presente capítulo que corresponde à “Introdução”, o segundo capítulo “A avaliação na Educação Infantil: um caminho em construção”, o terceiro “Instrumentos que podem ser utilizados para a avaliação na Educação Infantil” e o quarto “Caminhos e descobertas da pesquisa”.

O capítulo 1 corresponde à Introdução. Nele abordo meu breve percurso até chegar ao objeto de estudo e apresento de forma sucinta as abordagens dos capítulos seguintes.

No capítulo 2 “A avaliação na Educação Infantil: um caminho em construção” apresento algumas concepções e princípios de avaliação na Educação Infantil. Em seguida, trago um diálogo referente aos tipos de avaliação na Educação Infantil.

O capítulo 3 “Instrumentos que podem ser utilizados para a avaliação na Educação Infantil” traz alguns instrumentos de avaliação na concepção de alguns

autores, estabelecendo um diálogo em relação ao que cada autor traz e a forma como vejo esses instrumentos.

No capítulo 4 “Caminhos e descobertas da pesquisa” conceituo o tipo de pesquisa utilizado na realização deste trabalho, em seguida, descrevo o as etapas realizadas por mim na construção da monografia e trago os principais autores e suas obras que serviram como base de sustentação na construção dos argumentos que nortearam este trabalho.

Por fim, no capítulo 5 “Conclusão” apresento o fechamento dos aspectos discutidos na produção do texto a respeito do foco de estudo desta monografia: a importância da avaliação da aprendizagem da criança na Educação Infantil.

Foi um período de muitas inquietações e descobertas prazerosas. Esta é uma reflexão que não se encerra no final desta monografia. Escrever essas breves páginas me fizeram amadurecer mais a respeito da temática abordada e perceber ainda há muito que se ler e descobrir a respeito do tema em questão, pois é preciso, a todo o momento, estar indo atrás da busca pelo conhecimento.

## 2 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

Avaliar é exercitar um olhar sensível e cuidadoso para com o outro. Esse exercício do olhar e da escuta deve nortear a prática da avaliação na Educação Infantil. A avaliação deve ter como principal objetivo obter um conhecimento mais aprofundado sobre as crianças para que os professores possam mediar as relações entre elas, entre elas e os adultos e entre elas e o ambiente no qual estão inseridas.

É preciso perceber a criança como centro da ação avaliativa, e isso, consiste em observá-la e em seguida refletir sobre cada momento de vivência com ela. É preciso confiar nas crianças e valorizar o seu agir para contribuir na ampliação de suas descobertas e não apenas estar ao lado delas permitindo qualquer ação.

De acordo com Bassedas, Huguet e Solé (1999, p. 173), a avaliação na Educação Infantil deve servir: “[...] para intervir, para tomar decisões educativas, para observar a evolução e o progresso da criança e para planejar se é preciso intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades [...]”. Ainda de acordo com essas autoras:

Quando avaliamos, não o fazemos somente em relação à evolução da criança, mas também ao nosso programa, ao nosso projeto e a nossa intervenção educativa. Desse ponto de vista, a avaliação serve para valorizar o que acontece quando colocamos em prática o programa que planejamos previamente e para verificar se é preciso modificar ou não determinadas situações. (idem, 1999, p.173).

Para que isso ocorra, o professor precisa estar a todo o momento analisando a sua prática e fazendo alterações ou adaptações nas atividades desenvolvidas.

A avaliação também é necessária para nortear e redefinir os conteúdos programados, garantindo a qualidade da aprendizagem. Entende-se que a avaliação é “[...] um processo que tem como finalidade diagnosticar as dificuldades e fornecer instrumentos para que a criança avance no seu processo de construção do conhecimento.” (CANDIDO; PEDRON, GONÇALVES; RUEGGER, 2012, p.15). Com isso, o professor faz sua prática em função das necessidades das crianças e desenvolve seu trabalho, de acordo com o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9394/96 no artigo 31: a avaliação na Educação

Infantil far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para acesso ao ensino fundamental.

Logo, para avaliar na Educação Infantil, é preciso considerar a criança, suas capacidades, suas aprendizagens e a evolução do seu processo de desenvolvimento e de aquisição do conhecimento. Percebe-se, então, que para avaliar é preciso desenvolver estratégias adequadas, levando em consideração os contextos de cada criança ou até mesmo do grupo ao qual ela pertença. Esses contextos podem ser o familiar e o educativo, nos quais as crianças estão inseridas e eles influenciam de maneira significativa no seu desenvolvimento. Ambos precisam estar adequados para que as crianças desenvolvam comportamentos e competências que estão de acordo com a sua faixa etária. Segundo Anna Bondioli (2013), nos países como Itália e Portugal, por exemplo, esse tipo de avaliação é bastante valorizada.

É de suma importância salientar que nessa etapa não há preocupação com a reprovação da criança, pois a avaliação deve se preocupar em contribuir para o acompanhamento do desenvolvimento da criança.

Existem documentos legais que fazem referência à criança e à avaliação, são eles: a Constituição Federal do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, os Parâmetros de Qualidade na Educação Infantil, dentre outros.

O que esses documentos trazem em relação à criança e à avaliação? Qual a contribuição deles? Será que tiveram avanços? Eles foram criados aleatoriamente ou um ajuda a complementar o outro? É o que veremos nos próximos parágrafos.

Sobre a Educação Infantil é importante sabermos que a Constituição Federal de 1988 coloca que a Educação Infantil é um direito da criança e um dever do Estado. Com isso, de acordo com as autoras Silva, Mello, Pantoni, Rossetti-Ferreira (2011, p.186), “A Constituição contribuiu para a construção de uma visão de atendimento em creche e pré- escola não mais como um favor ou direito dos pais, mas como um direito da criança que deve ser garantido”.

Depois de dois anos de Constituição, foi promulgada uma Lei específica para as crianças e os adolescentes. Surge, então, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considerando a criança e o adolescente como sujeito de direitos.

As autoras Silva, Mello, Pantoni, Rossetti-Ferreira, (2011, p.187) colocam que: “[...] após oito anos da nova Constituição, outra lei também foi promulgada para tratar das questões relativas ao direito à educação das crianças e adolescentes – a LDB”. A seção de Educação Infantil conta com três artigos (art. 29, 30 e 31).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9.394 de 1996, estabelece no Art. 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, p.12)

Com a criação do Referencias Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), percebe-se que esse documento traz informações que enriqueceram o processo educativo, respondendo as necessidades das crianças. Segundo os Referencias Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL,1998, p.70):

A avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) no Art. 5 constam que a Educação Infantil é a:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (BRASIL, 2013, p. 97).

O professor tem que avaliar a criança em um processo contínuo e dinâmico e perceber que:

A avaliação na educação infantil deve ser constante e diária. O educador deve ter conhecimento da realidade do seu aluno. Observar questões referentes a onde vive, como vive, respeitar as suas diferenças e sua individualidade é primordial, e faz com que o professor possa ser um agente transformador da aprendizagem do aluno. (SILVA, 2012, p.5).

Com isso, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998) e a citação de Silva (2011) mostram que a avaliação deve servir para que o professor reflita sobre a sua ação pedagógica, revendo seus métodos e práticas de ensino, em função do aprendizado dos alunos.

Como vimos, a avaliação na Educação Infantil deve existir e é importante não apenas para o desenvolvimento das crianças, mas também reflexão e adequação do que está sendo proposto. Mas como será que a avaliação na Educação Infantil é vista? É, ou sempre foi aceita e defendida pelos profissionais e familiares?

Durante muito tempo, a avaliação das crianças na Educação Infantil era realizada com base em testes psicológicos ou experimentos.

A ênfase era voltada para o desempenho das crianças e a sua capacidade de pensar, fazer coisas pré-determinadas e agir, em vez de avaliar a participação das crianças nas situações e interações pedagogicamente planejadas que ocorrem em creches e pré-escolas. (SILVA; MELLO; PANTONI; ROSSETTI-FERREIRA, 2011, p.159).

Com o tempo, passa a surgir uma exigência de um processo formal de avaliação, devido à pressão das famílias, em sua maioria, da classe média por propostas que eles julgam pedagógicas que vão além do modelo de guarda e proteção do modelo assistencialista. Para Almeida (2011), a criança é sempre o sujeito de maior referência da aprendizagem e que notas e conceitos, sempre foram usados para apresentar os resultados aos familiares como síntese do conceito de avaliação.

Durante um longo período, quando nos referíamos à avaliação, tínhamos como foco, quase que prioritariamente, a aprendizagem das crianças numa perspectiva de resultados da aprendizagem, isto é, o que as crianças demonstravam saber fazer ou falar. Dentro

dessa perspectiva, era possível classificar as crianças de acordo com seu desempenho, na maioria das vezes, representado por números ou pela síntese de conceitos/ habilidades. (BHERING; FULLGRAF, 2012, p.158).

Tem sido um grande desafio romper com essa função classificatória da avaliação, no sentido de pensá-la como função de registrar para acompanhar o processo da aprendizagem e refletir sobre o progresso e a trajetória do desenvolvimento da criança. Ainda hoje, a avaliação é usada, em muitas instituições de Educação Infantil, como instrumento para classificar e rotular as crianças. É preciso entender que:

[...] avaliar a prática pedagógica é um ato intencional, por isso precisa ser cuidadosamente planejado e orientado por critérios. Quando isso não acontece e a avaliação é compreendida como uma tarefa com um fim em si mesma – atribuir notas ou conceito ao desempenho dos estudantes com objetivo de promovê-los ou não a etapas posteriores de escolarização. (MICARELLO, 2010, p.1).

Esse meio de avaliação, rotulando e classificando, se encaixa bastante no modelo tradicional, pois são aplicadas provas para atribuição de notas ou conceitos para definir competências atingidas ou não as crianças.

Há pouco tempo atrás, a Educação Infantil não existia um caráter de obrigatoriedade, ou seja, não havia exigências burocráticas do sistema em termos de avaliação. Hoje, a pré-escola tem matrícula obrigatória. Podemos considerar então que:

As referências para se proceder à avaliação devem ser buscadas na própria criança e não em padrões pré-estabelecidos aos quais ela deva corresponder; portanto, não faz sentido, por exemplo, retê-la numa etapa da educação infantil sob o argumento de que ela não tenha alcançado determinados objetivos. (MICARELLO, 2010, p.3).

A avaliação deve ocorrer durante o processo de aquisição do conhecimento pela criança e auxiliar o professor em novas posturas para sua prática pedagógica. Com isso, a criança deve ser avaliada no seu dia a dia, acompanhando todo o seu processo individual de acertos, erros, desafios, se foram superados ou não etc. Pode-se dizer que:

A avaliação ocorre através da observação, do registro e da avaliação formativa. Observa-se a criança em relação aos seus sentimentos e suas conquistas pessoais, e para que o trabalho não

se perca faz-se necessário o registro das observações para sustentar a prática. A avaliação formativa acontece no sentido de colaborar com o processo de ensino e aprendizagem, levando em conta as diferenças individuais. (CANDIDO; PEDRON; GONÇALVES; RUEGGER, 2008, p. 16).

Com isso, todas as manifestações das crianças devem ser consideradas. Cabe ao professor observar e registrar para que esse rico material não seja perdido e para que o mesmo possa lembrar e repensar como está sendo a sua prática a partir do que é demonstrado pelas crianças.

De qualquer modo, consideramos que a avaliação na Educação Infantil é um processo formativo e contínuo que utiliza diversos procedimentos para descrever de forma relevante, significativa e compreensiva o que a criança sabe e pode fazer, refletindo sobre o percurso da aprendizagem, bem como produzindo material para apoiar o planejamento na tomada de decisões para novas aprendizagens. (BHERING; FULLGRAF, 2012, p.174).

Ao avaliar, podemos conhecer a diversidade e as necessidades individuais das crianças. É fundamental ter consciência dessa diversidade e perceber que cada criança é única.

Para que a avaliação seja ainda mais construtiva é de suma importância a participação da família. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2013), a família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado do bebê. Nela, ele recebe os cuidados materiais, afetivos e cognitivos necessários a seu bem-estar, e constrói suas primeiras formas de significar o mundo.

Esse primeiro contato da instituição com as famílias pode acontecer no período de adaptação e acolhimento das crianças novas. Nesse momento, os pais têm a oportunidade de falar sobre seus filhos e a instituição aborda os objetivos colocados no Projeto Político Pedagógico da instituição e os meios organizados para atingi-los. Para Anna Bondioli (2013, p.67) “essa parceria colabora no crescimento das crianças. Ambos, o professor e a família atuam como co-atores desse desenvolvimento, pois não é apenas a sala de aula o lugar de aprender”. A autora defende que o ambiente doméstico e extradoméstico também são lugares de aprendizagem para as crianças inseridas na Educação Infantil.



Além da participação da família, em algumas circunstâncias, há a necessidade da intervenção de outros profissionais. Por exemplo:

[...] os casos em que existem dificuldades mais graves ou necessidades educativas especiais, essa avaliação exige uma tarefa compartilhada e coordenada entre diferentes profissionais e com um feedback continuado no contexto familiar. A colaboração de outros profissionais menos envolvidos na tarefa cotidiana (professor substituto, psicopedagogo, fonoaudiólogo, etc.) apresenta uma avaliação mais complexa e global sobre as necessidades do referido aluno. (BASSEDAS, HUGUET; SOLÉ, 2013, p. 178).

Concordo com o posicionamento das autoras, pois nesses casos onde se tenham necessidades educativas especiais, não pode ser apenas a escola e a família, é de suma importância uma articulação da família juntamente com todos esses profissionais que estão trabalhando para colaborar no desenvolvimento da criança.

Vimos até aqui que para avaliar na Educação Infantil é preciso considerar a criança e refletir a todo o momento a nossa prática. Veremos a seguir quais as concepções e princípios de avaliação na Educação Infantil.

## 2.1 CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para verificar e dialogar sobre as concepções e princípios de avaliação na Educação Infantil utilizei documentos como: As Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (2013), Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil (2006) e citações de alguns autores.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010, p.100) trazem no artigo 10 que as instituições que trabalham nesse segmento devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagem por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/ instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/ pré – escola e transição pré- escola/ Ensino Fundamental);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil.

Precisamos pensar em uma concepção de avaliação que também avalie a Educação Infantil e não apenas as crianças e que esteja de acordo com a realidade desse segmento educacional. Diante disso, em relação à avaliação podemos pensar em:

[...] uma avaliação que avalie não apenas a criança, mas uma avaliação implicada na mudança das condições de vida das crianças em todos os seus contextos de vida, em seus mundos sociais e culturais. É preciso que essa avaliação seja pensada em um contexto educativo e privilegie a redução das desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem estar de todos os envolvidos. (ALMEIDA, 2011, p.38).

Essa avaliação precisa levar em conta a realidade vivida pela criança. Numa sala podemos ter crianças do mesmo universo social ou não, com culturas e religiões diferentes umas das outras. Logo, cabe ao professor, durante o processo avaliativo, desenvolver estratégias que permitam a participação de todos, para que assim possamos reunir e respeitá-las, permitindo que não hajam desigualdades ocasionadas nos momentos de interação.

A partir do momento que as crianças se relacionam com as outras, elas criam diferentes formas próprias de se comunicar. É nesse momento de troca com o outro que ocorre a interação, pois elas demonstram por meio de suas falas e ações os seus desejos, os seus sentimentos e as suas necessidades. É preciso que o professor tenha um olhar atento nesse momento para observar o que as crianças vão demonstrar e para que não haja conflitos entre elas. As crianças, são cidadãs, têm direitos e são capazes de construir saberes Assim, é preciso “[...] valorizar as crianças como sujeitos de direitos e atores sociais que mantêm suas identidades ao viverem, desde muito pequenas, os contextos educativos”. (ALMEIDA, 2011, p. 36). De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

A criança é um sujeito histórico e de direitos que, no dia a dia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p.12).

A avaliação das crianças deve ser dinâmica, com a criação de diferentes estratégias, que permitam valorizá-las, tendo-as como protagonistas nos espaços sociais em que convivem. De acordo com Almeida (2011), as crianças precisam ser incluídas nos processos avaliativos como seres capazes de expressar seus desejos, necessidades e conhecimentos.

Segundo Micarello (2010), a avaliação precisa oferecer elementos para que os professores conheçam melhor as crianças com as quais trabalham, suas características e necessidades pessoais e grupais e os modos pelos quais vão se apropriando da cultura na qual estão inseridas. Com isso é preciso considerar a criança como sujeito histórico-social, inserida numa cultura que ela também ajuda e é capaz de produzir. Micarello (2010, p.4) ainda completa afirmando que:

[...] as crianças apresentam formas peculiares de se relacionar com o ambiente e com os outros e, portanto, necessidades e interesses também diferenciados. As intervenções pedagógicas precisam promover situações de aprendizagem compatíveis com os interesses e necessidades.

Então, ambas as autoras, Almeida (2011) e Micarello (2010), ressaltam a importância de conhecer a criança e permitir que ela se expresse, pois ela é capaz de produzir cultura. Então, é preciso permitir que as crianças se expressem, pois é nesse momento que elas apresentam os conhecimentos que já possuem e demonstram o que desejam e nesse processo elas são capazes de construir a sua própria cultura.

Para se avaliar é preciso ver a criança como sujeito histórico-social, produtora de cultura e de conhecimentos. Nesse sentido, o currículo da Educação Infantil:

Deve ser concebido como um conjunto de práticas que buscam articular todas as experiências e os saberes das crianças como os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade. (BRASIL, 2009, p. 12).

Para Almeida (2011), o currículo da Educação Infantil deve se caracterizar pela valorização das experiências da criança e pela incorporação dessas experiências ao cotidiano das instituições. Outro ponto importante a ser analisado é quem são os responsáveis por este currículo e quem faz parte do processo avaliativo.

Ainda segundo Almeida (2011, p.39-40), o processo de avaliação na Educação Infantil deve considerar: a criança, o professor, a equipe pedagógica e a instituição educativa.

Em relação à criança é preciso considerar seu desenvolvimento, conhecimentos relativos ao que já sabem e o que produzem nas interações e sua participação no projeto pedagógico. E no caso do professor, considerar a sua formação, os conhecimentos que possui, a participação no projeto pedagógico, as dificuldades e as perspectivas de continuidade de formação. No que se refere à equipe pedagógica, é necessário levar em conta o processo de elaboração do projeto pedagógico, os conhecimentos existentes, progressos, dúvidas e as perspectivas de continuidade de formação. No que diz respeito à instituição educativa, vale considerar: o processo de gestão institucional, a estrutura física e a pedagógica, dinâmica de funcionamento, a participação da família, dentre outros.

Já as autoras Souza; Mello, Rossetti-Ferreira (2011, p.181) colocam que é no processo de avaliação é preciso considerar alguns olhares como o:

Olhar da criança – a partir da escuta das crianças demonstrando seus gostos e necessidades.

Olhar dos pais – dada a partir da escuta que pode ocorrer em: reuniões de avaliação coletiva, preenchimento de questionários, registros escritos, encontros informais, temáticos, dentre outros.

Olhar da equipe – são as avaliações que a própria equipe faz do trabalho.

Olhar de todos – respeitando a legislação – verificar se a instituição está respondendo às normas legais. Essa avaliação deve ser feita pelas equipes de supervisão das secretarias municipais e estaduais de educação.

De forma geral, tanto para Almeida (2011) como para Souza; Mello, Rossetti-Ferreira (2011), todos esses olhares são essenciais no processo de avaliação. Esses diferentes olhares reconhecem que a avaliação precisa ser realizada por todas as pessoas envolvidas na Educação Infantil. Logo, cada um tem o seu papel e

se todos trabalharem juntos é possível conseguir resultados positivos no processo de desenvolvimento das crianças.

Ao falarmos de Educação Infantil, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) dispõe em seu site, para o público em geral, que vai além dos professores e interessados na área de Educação, documentos que auxiliam, orientam, definem, e apresentam estratégias e resultados acerca desse segmento. Dentre eles, destaco: Os indicadores da Qualidade na Educação Infantil e os Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil.

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil é um instrumento que permite a autoavaliação da qualidade das instituições de Educação Infantil, por meio de um processo participativo e aberto à comunidade. Tem como princípios uma abordagem autoavaliativa, busca de consenso e periodicidade, flexibilidade, discussão das opiniões conflitantes, mobilização e envolvimento coletivo e acolhimento. Seu objetivo é de contribuir com o desenvolvimento e qualidade das instituições de educação infantil ajudando-as a encontrar seu próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos das crianças e contribuam na construção de uma sociedade mais democrática.

As definições de qualidade dependem de muitos fatores: os valores nos quais as pessoas acreditam; as tradições de uma determinada cultura; os conhecimentos científicos sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem; o contexto histórico, social e econômico no qual a escola se insere. (BRASIL, 2009, p.13).

Sendo assim, a qualidade pode ser concebida conforme o momento histórico, o contexto cultural e as condições locais. Por isso, o processo de avaliar a qualidade de uma instituição deve ser de maneira aberta e participativa, possibilitando a reflexão e a definição de um caminho próprio para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico e social das instituições. Esses indicadores foram construídos com o intuito de auxiliar os profissionais que atuam na educação infantil, juntamente com famílias e pessoas da comunidade.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Volumes 1 e 2, 2005) contém:

[...] referências de qualidade a serem observadas pelas instituições de Educação Infantil e pelos sistemas de ensino. O documento resgata as discussões acumuladas acerca da qualidade na educação infantil e aponta para parâmetros que respeitem os direitos das crianças. (Silva; Mello; Pantoni, Rossetti-Ferreira, 2011, p. 195 apud BRASIL, ANO).

Logo, percebe-se que esses documentos são de suma importância, pois trazem contribuições relevantes para as instituições da Educação Infantil. Essas instituições de ensino seguem um ou mais modelos de avaliação que podem ser inicial, formativa e/ou somativa.

## 2.2 TIPOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INICIAL, FORMATIVA E SOMATIVA

As instituições de ensino de Educação Infantil, geralmente, trabalham baseadas nos momentos vivenciados que são divididos em: avaliação inicial ou diagnóstica, formativa e somativa. Vale ressaltar que nem todos os autores defendem esses três tipos e nem todas as instituições acolhem todas essas etapas.

Sobre a avaliação inicial e somativa, as autoras Bassedas; Huguet; Solé, (2013, p.174) colocam que a avaliação: [...] pode ser realizada em diferentes momentos e pode ter diversas finalidades. A avaliação inicial e a avaliação somativa são realizadas em um momento concreto (no início ou no final do processo de ensino-aprendizagem).

Já sobre a avaliação inicial e formativa, as autoras Bassedas; Huguet; Solé, (2013, p.177) colocam que a avaliação:

“A partir da avaliação inicial e formativa, pode-se conhecer as diferentes dificuldades e necessidades das crianças e ir planejando situações de ensino mais diversificadas, que permitam a cada um a possibilidade de realizar as tarefas que lhe sejam solicitadas [...]”.

A partir disso, veremos o que é trabalhado em cada uma delas. Na avaliação inicial, também conhecida como avaliação diagnóstica, temos informações sobre as crianças e seus conhecimentos prévios. A partir dela, o professor poderá ter noção das dificuldades e/ ou necessidades das crianças. Pode ser realizada em momentos como: ao iniciar uma atividade ou ao começar um novo ano escolar, geralmente as

famílias fazem parte dessa etapa conhecida como período de adaptação como já colocado acima. Essa primeira avaliação é usada para fazer uma relação do que a criança aprende dentro e fora do ambiente escolar.

A avaliação formativa é realizada de forma processual, ou seja, não podemos fixar um momento concreto ou previsto, pois esta é realizada de maneira contínua. Possui uma grande importância no processo educativo, pois a partir das informações obtidas no decorrer do trabalho pedagógico é possível modificar a ou as intervenções posteriores já planejadas. Cabe ao professor ter um olhar atento e estar aberto à reflexão e a permitir transformações. Com isso:

A avaliação formativa insere-se no processo educativo e tem a finalidade de proporcionar informações que servem para ajustar ou mudar a atuação educativa. Trata-se, então, de adaptar o ensino às características e às necessidades que as crianças apresentam no decorrer das diferentes atividades: enquanto se ensina, enquanto jogam, enquanto trabalham...especialmente a partir da observação e da escuta. (BASSEDAS, HUGUET; SOLÉ, 2013, p.176).

Logo, a avaliação formativa tem por finalidade proporcionar informações que permitam ressignificar o trabalho pedagógico às características e necessidades apresentadas pelas crianças.

Segundo Vaz e Momm, (2012, p. 173), a avaliação formativa é:

“ [...] realizada ao longo do processo visando aperfeiçoá-lo – não sendo conveniente o seu uso para rotular, enquadrar, emitir juízo, comparar, quantificar, julgar ou prestar contas para alguém, ou, ainda, para a simples constatação de problemas. Ao contrário, a avaliação deve subsidiar melhoras tanto no planejamento quanto na execução do processo, nas relações entre e com as crianças e, principalmente, no ambiente que deve ser fomentador de aprendizagens significativas.”

Assim, concordo com o posicionamento dos autores citados acima em relação à avaliação formativa, pois acreditam que a avaliação na Educação Infantil ocorre de maneira processual e que ela serve tanto para o desenvolvimento da criança quanto para a reflexão e um possível remanejamento do seu planejamento tomando como base as necessidades das crianças. Além desses autores, Micarello (2010) também coloca que a avaliação deve cumprir o importante papel de oferecer subsídios para ações futuras.

Ao se falar de avaliação na Educação Infantil é fundamental pensar no que é proposto em relação à idade da criança para “[...] garantir ações que sejam

pertinentes e adequadas à faixa etária das crianças assim como o respeito às suas características culturais.” (BHERING; FULLGRAF, 2012, p.163). O professor precisa ter um olhar atento para isso, para não tá desenvolvendo atividades que não sejam condizentes com a idade das crianças e conseqüentemente não colaborando para o desenvolvimento dela. Além disso, considerar que não necessariamente precisamos avaliar o que a criança faz sozinha, mas também o que é capaz de fazer com a ajuda do outro ou até mesmo no momento de interação com os seus colegas.

Já a avaliação somativa acontece:

“[...] quando se realiza ao final de um processo de ensino-aprendizagem, com a finalidade de externar informações sobre o que as crianças aprenderam em relação aos conteúdos que foram trabalhados. Nesse caso, trata-se de atividades específicas para avaliar os resultados das aprendizagens realizadas.” (BASSEDAS, HUGUET; SOLÉ, 2013, p.177).

Nesse caso, é uma avaliação realizada ao final de todas as etapas para se emitir um parecer sobre o desenvolvimento do aluno, constando os seus progressos em relação aos conteúdos propostos durante o ano letivo. É como uma atividade de verificação da aprendizagem. Porém, acredito que nessa etapa não deva haver atividades que avaliem a criança dessa forma. Entretanto, as autoras Bassedas; Huguet; Solé, (2013, p.177) defendem que:

A avaliação somativa permite uma valorização dos conhecimentos adquiridos pelos alunos. Permite estabelecer o grau de alcance de alguns objetivos previamente estabelecidos sobre os quais supostamente se trabalhou no decorrer de um espaço de tempo determinado. No final dos cursos da pré-escola, as atividades com lápis e papel podem começar a ser um instrumento de avaliação somativa ao finalizar determinado tipo de unidades didáticas.

Diante das leituras realizadas acerca dessas três concepções de avaliação, as que me identifico mais e acredito que devam acontecer na Educação Infantil são: a inicial e a formativa. A inicial, pois como já foi colocado é necessário antes de tudo conhecer um pouco a criança e o que ela já traz de conhecimento, além das suas inquietações e vontades. Podemos obter isso por meio da família ou do professor do grupo anterior. No próximo tópico veremos alguns exemplos de instrumentos que podem ser utilizados para avaliar na Educação Infantil.



### 3 INSTRUMENTOS QUE PODEM SER UTILIZADOS PARA A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Após um estudo sobre a avaliação da criança na Educação Infantil, e pensá-las como sujeito histórico-social, inserida numa cultura que ela também ajuda a produzir, veremos agora ver o que é a documentação pedagógica e alguns instrumentos que podem ser utilizados para o acompanhamento do desenvolvimento e da aprendizagem da criança, bem como da prática pedagógica.

#### 3.1 DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

O termo documentação pedagógica está cada vez mais sendo utilizado pelos professores. Segundo Marques e Almeida (2012, p.3):

“O termo *documentação pedagógica* chega ao Brasil especialmente a partir da divulgação de bibliografia relacionada à experiência italiana para a educação infantil, com destaque para aquela da cidade de Reggio Emilia. O reconhecimento internacional da qualidade educativa das pré-escolas emilianas contribuiu para a ampla divulgação da experiência, acolhida no Brasil e alimentada pela tradução e publicação de textos por editoras nacionais e a realização de cursos e palestras sobre a abordagem, por vezes assumida como “modelo” para a educação de crianças pequenas [...]”

Atualmente, no Brasil, muitos pedagogos têm utilizado a documentação pedagógica como um instrumento para a reflexão sobre a prática pedagógica. Os autores Marques e Almeida (2012, p.5) conceituam a documentação pedagógica como “sistematização do trabalho *pedagógico*, produção de memória sobre uma experiência, ação que implica a seleção e a organização de diferentes registros coletados durante o processo”.

A documentação pedagógica não deve ser confundida com a “observação da criança”. Na “observação da criança” é [...] avaliar o desenvolvimento psicológico a partir da psicologia do desenvolvimento, as quais definem o que a criança normal deve estar fazendo em uma determinada idade”. (DAHLBERG, MOSS & PENCE, 2003, p.191).

Já sobre a “Documentação pedagógica”, Dahlberg; Moss & Pence (2003, p.192) colocam que esta tenta enxergar e entender o que está acontecendo no

trabalho pedagógico e o que a criança é capaz de fazer sem qualquer estrutura predeterminada de expectativas e normas.

A documentação pedagógica e a observação da criança também diferem de outra maneira importante. Adotando uma perspectiva modernista, a observação da criança assume uma verdade objetiva, externa, a qual pode ser registrada e representada com precisão. [...] adotando uma perspectiva pós-moderna, a documentação pedagógica não reivindica que aquilo que é documentado seja uma representação direta do que as crianças dizem e fazem; não é um relato verdadeiro do que aconteceu. (DAHLBERG, MOSS & PENCE, 2003, p.192).

Ao documentar, é possível construir uma relação entre o pedagogo e a criança, a partir das anotações feitas com base nos pensamentos, palavras e ações. “Quando documentamos, somos co-construtores das vidas das crianças e incorporamos nossos pensamentos implícitos do que consideramos serem ações valiosas em uma prática pedagógica”. (DAHLBERG, MOSS & PENCE, 2003, p.193).

Ao utilizar o termo “documentação pedagógica”, estamos nos referindo a dois temas relacionados: um processo e um conteúdo desse processo.

“A “Documentação pedagógica” como conteúdo é o material que registra o que as crianças estão dizendo e fazendo, é o trabalho das crianças e a maneira com que o pedagogo se relaciona com elas e com o seu trabalho” (DAHLBERG, MOSS & PENCE, 2003, p.194). Esse material pode ser feito através de observações manuscritas do que é dito e feito, registros em áudio e vídeo, fotografias, gráficos de computador, o próprio trabalho das crianças.

A documentação pedagógica tem sido apresentada, em especial no campo da educação infantil, como elemento necessário à melhoria do trabalho. Registrar acontecimentos, anotar observações, fotografar situações do cotidiano, selecionar produções das crianças e com elas construir memória sobre uma experiência têm sido práticas cada vez mais frequentes em creches e pré-escolas [...]”. (MARQUES; ALMEIDA, 2011, p.2)

Ao documentar um projeto (atividade) diariamente, registrando o que é feito e dito, o professor poderá levar esse material para casa e assim observar e analisar, e em seguida dar um retorno de volta às crianças para que elas possam reexaminar o

que fizeram, e fiquem mais envolvidas com o tema trabalhado. Para Marques e Almeida (2012, p. 12) “a documentação ajuda os educadores a escutar e observar as crianças, permitindo conhecê-las melhor para respeitá-las”. Com isso, além do professor refletir sobre o que está sendo feito, ele poderá conhecer melhor as crianças entendendo as suas necessidades.

Ao falar da documentação como um processo de aprendizagem, considerar também como: “[...] um processo de comunicação, pressupondo a criação de uma cultura de exploração, reflexão, diálogo e envolvimento”. (DAHLBERG, MOSS & PENCE, 2003, p.201). As crianças, os pedagogos, os pais, os administradores, os políticos e outras pessoas, todas elas, “[...] participam e podem se fazer ouvir, garantindo, desse modo, que uma multiplicidade de perspectivas possam ser examinadas e analisadas”. (DAHLBERG, MOSS & PENCE, 2003, p.201).

Após conhecer um pouco sobre a documentação pedagógica, veremos em seguida alguns instrumentos que são utilizados pelos professores para o acompanhamento das práticas pedagógicas na Educação Infantil.

### 3.2 INSTRUMENTOS PARA A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Antes de tudo, é essencial observar a criança diariamente, acompanhar suas ações para então fazer os registros referentes aos aspectos do campo afetivo, relacional, cognitivo e psicomotor, sendo estes aspectos do desenvolvimento infantil. Esses registros são demonstrados através dos relatórios, fotografias, desenhos, álbuns e portfólios. É possível realizar uma observação sistemática, crítica e criativa do comportamento de cada criança, de grupos de crianças, das brincadeiras e interações entre as crianças no cotidiano.

Muitas escolas adotam a observação como um procedimento avaliativo para o desenvolvimento da criança, sendo adotados cadernos de registro e diários de classe como instrumento de acompanhamento. Nos cadernos de registro, anotações individuais de cada aluno com informações sobre os comportamentos no período de adaptação e também a descrição do seu desenvolvimento cognitivo e psicomotor, pontuando avanços e retrocessos de um bimestre para o outro.

Todos esses registros, observações e outros dados sobre a criança devem acompanhá-la ao longo de sua trajetória da Educação Infantil e ser entregue quando for para o Ensino Fundamental, garantindo, assim, a continuidade dos processos educativos vividos pela criança.

É necessário registrar para que possamos lembrar, pensar sobre, aprimorar, entender, enfim, para refletir. Lopes (2003, p.2) coloca que escrevendo é possível relembrar: “[...] atitudes, fatos, falas, comportamentos e, desse modo, avalio, aponto aspectos positivos e aspectos negativos, revejo posturas, atividades, metodologias, o que contribui para a melhoria da prática”. Fazer esse registro torna a ação mais intencional, refletida e fundamentada.

Cabe ressaltar ainda a importância da realização de registro também sobre os alunos, suas dificuldades, habilidades, necessidades, avanços, o que favorece o planejamento de intervenções mais apropriadas, tendo em vista seu desenvolvimento e sua aprendizagem. (LOPES, 2003, p.3).

Acredito que a melhor forma de “aprender” a registrar é registrando, experimentando, arriscando-se a escrever impressões sobre o dia a dia com as crianças. (LOPES, 2003, p.4). Concordo com esse posicionamento da autora, pois penso que o ato de registrar nos permite, com o tempo, ir aperfeiçoando cada vez mais e, além disso, nos permite fazer os registros com mais segurança.

Para isso, a melhor maneira é utilizar uma linguagem espontânea, próxima à oral. Cada professor construirá seu estilo próprio de registrar, seu modo de escrever: alguns professores costumam descrever todos os momentos vividos em uma aula; outros, expõem de forma mais espontânea os dilemas enfrentados [...] (LOPES, 2003, p.4). Penso que o professor tenha a liberdade de construir seu estilo de registrar, porém a instituição de ensino, muitas vezes, vem com modelos prontos, fechados, não permitindo, de certa forma, que o professor possa descrever tudo aquilo que deseja.

Um dos registros presentes em todas as escolas é o registro diário também denominado como:

[...] diário de campo, diário de aula ou, simplesmente, diário – no qual o professor relata seu dia e, ao escrever, reflete sobre os acontecimentos, as situações, os alunos, as atividades, sobre sua atuação, retomando objetivos, elencando aspectos a serem retomados, alterados ou mantidos. (LOPES, 2003, p. 3- 4).

O diário de campo é um:

[...] instrumento, importado da antropologia, pode ser considerado como um caderno de registro do professor, no qual ele poderá não apenas registrar dados objetivos, mas principalmente seus sentimentos sobre o que vê ou ouve, isto é, suas interpretações. (BARBOSA, 2008, p.104).

No geral, para ambos os autores, Lopes e Barbosa, esse tipo de registro constitui também espaço para o professor colocar suas experiências, aflições, dúvidas, conquistas e descobertas. Registrar todo dia permite uma riqueza de detalhes e reflexões sobre a ação da criança, diferente do registrar em determinados períodos onde o professor terá que “puxar pela memória” e através de atividades o que a criança realizou em um dado momento. Barbosa (2008, p. 107) ainda acrescenta que o diário de aula é um “[...] instrumento no qual o professor planeja suas atividades e relata os acontecimentos, podendo servir como fonte de informações e subsídio precioso para a sua reflexão”.

Para o melhor acompanhamento do processo, os registros são fundamentais. Esses registros podem ser individuais e coletivos:

Para Micarello (2010), os registros individuais são feitos em um caderno onde possa registrar fatos referentes às crianças, individualmente considerar: questões familiares, comentários que as crianças ou os pais fazem em relação aos acontecimentos de casa; as vivências da criança na instituição – com quais parceiros prefere brincar, desentendimentos, comentários que a criança faz sobre temas que estejam sendo discutidos, costumes, preferências, dentre outros.

Já nos registros coletivos, Micarello (2010) coloca que as crianças também podem participar avaliando suas experiências na instituição através da expressão de múltiplas linguagens como: o gesto, a fala, o desenho, a escrita, entre outras. Nesse mesmo contexto, Barbosa diz, porém com outra nomenclatura, denominando o registro coletivo de o livro da vida ou da memória do grupo que “é um diário, um espaço coletivo de registro, em que cada criança pode representar acontecimentos,

sentimentos e situações significativas acontecidas no cotidiano”. (BARBOSA, 2008, p. 107).

Nesse momento do registro coletivo, em relação ao grupo, pode haver a coletividade entre a criança e o adulto para a construção desse registro em perguntas que as crianças e o professor podem responder, como:

O que foi positivo e o que foi negativo nesse dia? O que poderia ter sido diferente? Os alunos aprenderam com determinada proposta de atividade? Quais as dificuldades enfrentadas pelo grupo? O que fazer para que sejam superadas? O comportamento de alguma criança chamou-me atenção? Que intervenções foram “bem-sucedidas?” (LOPES, 2003, p.5).

Andando nessa mesma linha, outras duas autoras colocam que:

[...] é necessário observar o movimento do grupo, suas preferências, suas dificuldades, alegrias, brincadeiras, a forma como ocupam os mais diferentes espaços, como se organizam, como conflitos surgem e como são resolvidos e o que o surgimento e como são resolvidos e o que o surgimento desses conflitos desencadeia. (BHERING; FULLGRAF, 2012, p. 177).

A criança pode e deve se expressar, mas o olhar cuidadoso do professor é fundamental e vai colaborar no desenvolvimento delas. Então, na construção desse registro coletivo, teremos o registro do professor com a colaboração das crianças.

Outro instrumento bastante utilizado é portfólio que é caracterizado como registro que é realizado posteriormente à ação, como documento para finalização de uma sequência didática, projeto ou uma atividade.

[...] podem ser vistos como coleção de registros, o que inclui relatos de atividades, descrição de etapas, fotografias do processo, amostra de produções dos alunos. Esse tipo de documento pode contar não apenas com o relato produzido pelo professor – narrando as etapas, o modo como o projeto ou uma atividade específica foi desenvolvida, a reação dos alunos, suas falas, suas hipóteses -, mas também abrigar outras formas de registro, como fotografias e trabalhos dos alunos (desenhos, textos, cartazes). (LOPES, 2003, p.3).

Assim como Lopes, Micarello (2010, p.7) defende que os portfólios podem ser individuais, tem a função não apenas de registrar as atividades, mas também devem refletir o processo de produção, por isso podem conter também fotos, objetos,

coleções. O professor pode aproveitar o momento da roda e permitir que as crianças opinem em quais materiais devam ir para o portfólio.

O portfólio é “[...] um trabalho criativo onde são armazenadas e organizadas todas as atividades desenvolvidas pela criança e demonstra o processo de aprendizagem e os resultados obtidos.” (LUZARDO, 2012, p.10).

Para Micarello (2010, p.7), “os portfólios são também um importante instrumento a ser compartilhado com as famílias, pois possibilitam uma visão de conjunto das produções da criança e dos processos vivenciados por ela”. Nesse caso o que me chama a atenção e acho importante uma discussão é: quando a família terá acesso a esse material? Tanto Luzardo (2012) como Micarello (2010) defendem que no portfólio deva constar o processo vivenciado pela criança. Muitas escolas compartilham esse material com as famílias, porém pode-se perceber que existem escolas que adotam diferentes posicionamentos em relação à entrega desse instrumento. Algumas instituições entregam no meio do ano letivo e outras apenas no final. Penso que o portfólio não deva apenas ser entregue a família, a própria família pode e deve colaborar na construção deste instrumento. Logo, sou a favor da entrega desse material no meio do ano letivo e não no final. Esse instrumento, ao ser entregue apenas no final do ano, acaba não permitindo a participação da família e de certa forma é outra maneira de chamá-las para estar mais presente, fortalecendo a parceria escola/família.

Além de individuais, o professor poderá construir portfólios coletivos que, segundo Micarello (2010, p.8) são consideradas as atividades realizadas em grupo. Para a construção desse material, o professor pode utilizar frases ditas pelas crianças.

Vale enfatizar que o portfólio tanto individual como o coletivo deve estar acessível ao grupo para ser retomado sempre que o professor achar necessário ou quando as crianças desejarem consultá-lo.

Além dos instrumentos utilizados para avaliar a criança, existem aqueles que avaliam a prática docente. Os relatórios de avaliação são elaborados pelos professores e professoras e “[...] devem resultar de anotações frequentes, sobre o cotidiano de cada criança”. (HOFFMANN, 2010, p.87). Hoffmann (2010, p. 86) ainda

afirma que é necessário repensar o significado dos registros (ou relatórios) de avaliação.

Os relatórios de avaliação não avaliam a criança, mas o trabalho pedagógico como um todo, que envolve a criança e o adulto de diferentes maneiras. São relatos que trazem, de forma acolhedora, as experiências de crianças de diferentes idades, evidenciando que não existe uma perspectiva classificatória ou homogeneizadora no ato de avaliar. (MICARELLO, 2010, p. 9).

Hoffmann (2010) e Micarello (2010) concordam que nesses relatos devam ter o cotidiano/experiências das crianças. Esses relatórios podem ser descritivos e particulares.

Os relatórios descritivos de avaliação devem captar as experiências das crianças no grupo. Para isso:

Eles devem trazer a integralidade das crianças como seres dotados de sentimentos, afetos, emoções, movimentos e cognição. A referência para elaborá-los deve ser a própria criança, e não critérios previamente estabelecidos aos quais se espera que ela corresponda. (MICARELLO, 2010, p. 8).

Já sobre os relatórios particulares, Micarello (2010) diz:

[...] são registros mais objetivos, que trazem aspectos relativos à saúde da criança, tais como históricos médicos, telefone de contato com as famílias, caderneta de vacinação, hábitos alimentares da criança na instituição, possíveis indícios de quanto a problemas de saúde, informações dadas pela família e que possam ter caráter confidencial. (p. 9)

Micarello (2010, p.9) ainda afirma que “esse é um instrumento de uso exclusivo do professor, ao qual só ele e a família devem ter acesso”. Com base nessa afirmativa me questiono. Por mais que sejam anotações particulares dos professores, é a família que acaba transmitindo as informações, então, elas se restringem apenas ao professor e a família? E a instituição de ensino? Não deveria existir uma ficha com o histórico e informações dessa criança que fique arquivada na secretaria? E o coordenador não precisa tomar conhecimento de questões como, por exemplo, se a criança tiver algum problema de saúde, limitações com a alimentação em relação a crianças que tenham diabetes. Acredito que algumas dessas informações precisam ir além do conhecimento apenas do professor, ou seja, outros profissionais precisam estar cientes e todo o material referente a vida do



aluno deve está disponível em um outro setor que é geralmente a secretaria ou coordenação pedagógica da instituição.

De acordo com o que estou colocando, em outro momento, a autora afirma a importância do compartilhamento das observações, dizendo:

Quando as observações são compartilhadas toda a equipe pode conhecer melhor cada uma das crianças, o que torna mais tranquilas as transições que elas vivenciarão dentro da instituição, dando uma perspectiva de continuidade ao trabalho realizado. (MICARELLO, 2010, p. 10).

Micarello ainda defende que:

As reuniões de planejamento não devem envolver apenas os profissionais que trabalham com um mesmo grupo de crianças ou com uma única faixa etária, mas todos os profissionais que atuam com os diferentes grupos, numa perspectiva de trabalho coletivo e de decisões compartilhadas. (MICARELLO, 2010, p. 10).

Acredito que as reuniões devam envolver profissionais de diversos grupos, para que haja o compartilhamento de informações e tomada de decisões, mas, muitas vezes, acaba sendo difícil, devido à demanda e a falta de disponibilidade de tempo que não é cedido pela própria instituição. O que se vê são professores tendo coordenação em horário de aula, dificultando o encontro com os demais colegas de trabalho para que haja essa socialização.

Para facilitar a relação do professor/ família, uma boa estratégia é a utilização de um caderno destinado aos recados e comunicados entre os pais e professores. Com ele, é possível estreitar os laços entre casa e instituição.

Observar, anotar, refletir, reconstruir! São etapas que o educador precisa seguir para construção desses instrumentos e conseqüentemente ter um retorno do que esta sendo desenvolvido e chegar aos resultados. Como já vimos, vale lembrar que esses resultados, podem e devem ser compartilhados, não só entre os professores, e a instituição, mas envolver as crianças e as famílias. Cada um tem um papel na construção e desenvolvimento da prática pedagógica. Então, além da utilização do caderno, é de suma importância que haja encontros com as famílias e estes “[...] podem ser coletivos, na forma de reuniões ou eventos para os quais

responsáveis sejam convidados e nos quais sejam apresentados os registros organizados pelo professor e pelas crianças [...]”. (MICARELLO, 2010, p. 10).

Além desses instrumentos citados acima que nos permitem construir uma consistente e qualificada documentação pedagógica, ainda temos:

Os anedotários: constituem-se em fichas individuais das crianças em que são registrados os aspectos de cunho mais afetivo, emocionais, sociais dos relacionamentos, como os envolvidos em episódios familiares, doenças, recorrentes a desentendimentos acontecidos no grupo de crianças. (BARBOSA, 2008, p.107).

Neles vale registrar frases, pensamentos, brincadeiras e outras manifestações das crianças.

As planilhas: material quantitativo que pode ser usado para o controle tanto das crianças como da professora. Nele são demonstrados desempenhos sequenciais, servindo para fins de controle dos objetivos levantados por ambos. (BARBOSA, 2008, p.107).

Nas planilhas podem ter quadros com os nomes das crianças e as habilidades específicas que queira avaliar. Nesse caso, não sou a favor da utilização das planilhas, pois precisam ser estabelecidas habilidades que a criança deva alcançar, classificando-a.

As entrevistas: são instrumentos importantes, pois oportunizam o registro de diálogos entre os diferentes atores (professores, alunos, pais) e podem ser desenvolvidas não só no processo de ensino e aprendizagem, mas também nas situações significativas do dia a dia. (BARBOSA, 2008, p.107).

Através das entrevistas temos como adquirir um conhecimento prévio ou até mesmo do desenvolvimento das crianças, permitindo estreitar laços de afeto.

Debates ou conversas: é o registro escrito ou gravado de conversas, ideias e debates entre o grupo de crianças e deste com a professora, podendo constituir-se em elemento avaliador e qualificador do trabalho desenvolvido em classe, já que nesse processo também aparecem as habilidades sociais e a capacidade comunicativa das crianças. (BARBOSA, 2008, p.108).

Nesse momento da roda de conversa, fazer com as crianças a releitura do trabalho realizado e assim, refletir sobre o que foi feito e abrir novas possibilidades ou melhoras no que foi proposto.

Relatórios narrativos de acompanhamento das crianças e relatórios narrativos de estudos realizados: este tipo de instrumento é caracterizado por imagens desenhos, textos, coleta de amostras de trabalho, fotografias, diários de aprendizagem, gravações (vídeo e som) e agendas. (BARBOSA, 2008, p. 108-110)

Esses relatórios permitem o arquivo do que foi vivenciado, não deixando apenas na memória e para construí-lo, podemos utilizar outros instrumentos.

Autoavaliação: nas entrevistas, podemos ter momentos de análise dos trabalhos com as crianças, propiciando a autoavaliação e a seleção dos trabalhos que parecem mais significativos para elas. (BARBOSA, 2008, p.110)

No momento da autoavaliação o professor precisa estar aberto para a escuta, permitir de a criança exponha seus desejos e necessidades, para que assim, o educador reflita sua prática e veja se o que esta sendo proposto está sendo significativo para as crianças.

“Trabalhos de integração e consolidação dos conhecimentos: são propostas pedagógicas que possibilitam a integração das aprendizagens de diferentes áreas e envolvem trabalho intelectual, manual e criativo [...]” (BARBOSA, 2008, p.110)

Para a construção desse instrumento é preciso, por exemplo, fazer um passeio ou construir uma maquete. Com isso, será possível que ocorra essa integração.

Coleta de amostras de trabalho: consiste em realizar a seleção de materiais significativos realizados durante um período do percurso, justificando e argumentando a seleção. (BARBOSA, 2008, p.110).

Essa coleta é como síntese do que foi feito durante o ano. Para isso, o professor seleciona tudo que de mais importante foi feito e explica o porquê escolheu esses materiais. Acredito que a opinião das crianças possa influenciar nas escolhas. Então, acho válido ouvi-las na construção deste instrumento.

Fotografias e gravações em vídeo e som: o registro fotográfico ou sonoro é imprescindível para o trabalho com as crianças pequenas, pois é um registro visual que inspira a reflexão sobre o acontecido, possibilitando a quem não estava presente conhecer determinados fatos. (BARBOSA, 2008, p.110).

A meu ver esses instrumentos deveriam ser muito mais explorados. Não só por ser um registro visual e que possibilite quem não estava presente ver o que se

passou, mas considerar que as crianças adoram momentos como esses. Não só o da construção, o tirar a foto, gravar o vídeo, mas o depois, assistir o que foi feito, ou melhor, o que elas produziram. É gratificante não só para a criança, mas também para o educador.

Depoimentos de pais: ao afirmarmos a importância da parceria com os pais, acreditamos que é imprescindível a sua participação nesse processo, informando aos educadores o que observam das crianças em casa, dos registros fotográficos e escritos, criando uma comunicação permanente. (BARBOSA, 2008, p.110).

É de suma importância ouvir a família. Elas trazem muitas informações das crianças. Geralmente, são elas que apresentam à escola uma primeira impressão da criança. Mas, é importante frisar que esse contato não é necessário que ocorra apenas nos primeiros dias de aula. Muito pelo contrário, na Educação Infantil, se faz necessário que esse contato, essa troca, ocorra de maneira contínua.

Para Barbosa (2008, p.110), “Comentários dos colegas: a análise dos colegas sobre os trabalhos realizados pode ser um interessante momento de partilha e discussão sobre a inclusão no grupo”. Vejo esses comentários partindo tanto dos colegas relacionados aos professores como aos colegas das crianças. Em ambas as formas são possíveis ouvir a opinião do outro e com isso, refletir a partir da visão de outra pessoa.

Para enriquecer os registros, ver no anexo I, uma sugestão de roteiro de observação na Educação Infantil utilizado na disciplina de prática de Ensino do Curso de Pedagogia da UDESC, de autoria de Costa (2006), retirado do artigo de Bhering e Fullgraf (2012, p. 178), sobre Avaliação na Educação Infantil: velhas tendências e novas perspectivas, presente no livro Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas de Vaz e Momm.

Todos estes instrumentos abordados por estes autores citados acima, são de suma importância para o processo avaliativo. Cabe então ao educador selecionar aqueles que mais lhe agradem e consiga a partir deles refletir cada vez mais a avaliação do seu trabalho, para conseguir realizar uma boa avaliação da criança, melhorando assim, a sua prática pedagógica.

#### 4 CAMINHOS E DESCOBERTAS DA PESQUISA

A pesquisa bibliográfica foi escolhida como metodologia desta monografia devido à falta de tempo para a realização de um trabalho de campo, pois além do trabalho de conclusão de curso, para me formar, precisei pegar mais três disciplinas, sendo duas optativas e uma obrigatória. Com isso, tive boa parte das manhãs ocupadas com aulas na faculdade e pela tarde já trabalho em uma instituição de ensino, chegando em casa apenas à noite, dificultando assim, a realização de um trabalho de campo que iria exigir uma disponibilidade da qual, no momento, eu não tinha, além de comprometer a qualidade de uma pesquisa de campo. Sobre a pesquisa bibliográfica Gil (2002, p. 44) coloca que:

“[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.”

De acordo com os autores Marconi e Lakatos (2002, p.71), a pesquisa bibliográfica: “[...] ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas monográficas, teses, material cartográfico etc” .

Já para Macedo (1994, p. 13), a pesquisa bibliográfica é “a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses etc.)”. Complementando ainda o que caracteriza uma pesquisa bibliográfica, Rampazzo (2005, p. 53) diz que “qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação da questão, quer para fundamentação teórica, ou ainda para justificar os limites e contribuições de pesquisa”.

Nessa perspectiva, escolhi a pesquisa bibliográfica, pois a mesma permite novos conhecimentos, aumenta a minha criticidade em torno do tema, proporcionando reflexões para um embasamento teórico sobre o que vou descrever.

Considero relevante para o trabalho a investigação de livros referentes ao tema em questão, pois são os teóricos que sustentarão as reflexões feitas, para isso serão utilizadas citações dos mesmos, como base para um melhor desenvolvimento em torno do assunto.

Mesmo com esse empecilho de não ter ido à campo, acredito que a pesquisa bibliográfica seja enriquecedora. Mesmo não indo a campo, outras dificuldades fizeram parte do processo de construção da pesquisa. Além da falta de tempo, durante as leituras, algumas ideias ficavam confusas, em algumas vezes havia discordância de pensamentos entre mim e os autores/ documentos, me deixando de certa forma insegura para escrever, quanto mais lia, mais via a necessidade de acrescentar algo. Enfim, me deparei com essas situações ao longo da construção desta pesquisa que considerei como barreiras, mas que não me impediram de continuar, muito pelo contrário, a partir dessas inquietações criava forças para continuar.

Acredito que este seja um tema bem relevante e que deveria ser mais discutido entre os profissionais da área. Com isso, é de suma importância nos dedicar ao estudo da avaliação na Educação Infantil, pois é preciso ter o domínio e a clareza daquilo que estamos propondo e desenvolvendo para as crianças. Portanto, vejo que a construção desta pesquisa venha não apenas a contribuir na minha formação, atuação profissional e convívio social, mas, trago-a como um incentivo aos colegas da área para que possam, cada vez mais, perceber a importância de discutirmos sobre essa temática.

Iniciei a seleção de textos para a elaboração desta pesquisa no primeiro semestre de 2013, quando peguei o componente curricular Projeto de Pesquisa. No segundo semestre de 2013, quando comecei a cursar o componente Trabalho de Conclusão de Curso, continuei com a seleção e passei a aprofundar nas leituras. Como critérios para a escolha desses materiais, foram escolhidos autores que escreveram textos sobre a Educação Infantil e especialistas da área.

Desde o início do primeiro semestre de 2013, período no qual peguei a disciplina Projeto de pesquisa, comecei a leitura dos textos e em seguida, fui construindo apontamentos e fichamentos, comentários, resumos, selecionando citações e observações que foram úteis para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso.

A partir da seleção desses materiais, foi dado início a construção deste material. Vale ressaltar que nem todos os textos lidos serviram para a construção e desenvolvimento, pois diante da leitura, foi percebido que não tratava do foco do tema, deixando assim algumas bibliografias consultadas inicialmente de fora, mas que fizeram parte da construção como um todo.

Ao realizar a disciplina Projeto de Pesquisa, fiz o levantamento desses materiais, a partir de três palavras-chave, foram elas: avaliação, avaliação na Educação Infantil, Educação Infantil. Com o início da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, tive maior contato com minha orientadora que me indicou outros textos, a partir deles e com as leituras que já havia feito, percebi que poderia encontrar outros materiais, a partir de novas palavras, que fossem contribuir para a construção do meu trabalho, foram elas: portfólio, observação, e registros.

Com todas essas palavras, realizei inicialmente uma busca de livros na biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia que tratassem acerca da temática e em seguida fiz uma pesquisa de materiais disponibilizados na internet.

Segundo Gil (2002, p.68):

O primeiro procedimento a ser desenvolvido na biblioteca é a consulta a seu catálogo, que possibilita a localização das fontes por autor, título ou assunto. O processo mais eficaz é a localização por assunto, embora para os pesquisadores iniciantes possa constituir trabalho difícil. Nem sempre o caminho da busca é linear e direto. Dependendo do tema, é preciso explorar seus subtemas, ou mesmo temas paralelos, para localizar fontes significativas.

Com isso, as palavras principais que nortearam o trabalho foram avaliação, avaliação na Educação Infantil, Educação Infantil e para complementar a pesquisa, de acordo com os objetivos, foram utilizadas palavras referentes aos subtemas que foram: portfólio, observação e registros.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, ao longo da construção, selecionei 8 livros, dentre eles, destaco o dos autores: Eulália Bassedas, Teresa Huguet e Isabel Solé (1999); Maria Clotilde Rossetti- Ferreira (2011); Maria Carmem Silveira Barbosa

(2008); Eliana Bhering; Jodete Fullgraf (2012), Gunilla Dahlberg; Peter Moss & Alan Pence (2003).

Além dessa seleção de livros, me baseei em artigos/ periódicos/ anais de encontros .

As fontes bibliográficas mais conhecidas são os livros de leitura corrente. No entanto, existem muitas outras fontes de interesse para a pesquisa bibliográfica, tais como: obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo. (GIL, 2002, p.64).

Ainda de acordo com Gil (2002, p. 66):

Os encontros científicos, tais como congressos, simpósios, seminários e fóruns, constituem locais privilegiados para apresentação de comunicações científicas. Seus resultados são publicados geralmente na forma de anais, que reúnem o conjunto dos trabalhos apresentados e as palestras e conferências ocorridas durante o evento. Esses anais muitas vezes são publicados em forma de livros e distribuídos pelos canais normais de venda. Na maioria dos casos, porém, os anais são publicados pela própria entidade que organiza o evento, já que conta com as facilidades da editoração eletrônica, onde a impressão é feita diretamente dos originais dos próprios autores, enviados por meio de disquetes.

Dos textos referentes aos artigos, periódicos, anais de encontros, destaco o das autoras: Ordália Alves Almeida (2011); Amanda Cristina Teagno Lopes (2003) e Hilda Micarello (2010), pois foram os que mais para o entendimento e com isso, dialogar e me posicionar.

Segundo Andrade (2006, p.54), “[...] uma forma de pesquisar sobre uma informação, no campo acadêmico- científico, é pela utilização de sites de busca específica ou metabuscadores delimitados por área do conhecimento.”. Outro elemento a ser considerado é utilização de sites de busca. Então, com as palavras-chave: avaliação, avaliação na Educação Infantil, Educação Infantil, portfólio, observação, e registros, procurei materiais em sites de busca como o: Google Acadêmico, utilizei o site Scielo e a biblioteca virtual do site do Portal de Periódicos da Capes onde são encontrados materiais de produções científicas reconhecidos nacionalmente e internacionalmente.



Alguns documentos legais foram escolhidos no sentido de colaborar com informações referentes à Educação Infantil. Dentre os principais documentos legais consultados, destaco: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2010), Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI/1998), os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2005).

Esses foram os principais autores e documentos consultados ao longo deste trabalho. Além deles, outra estudiosa com a qual me baseei foi Catarina Moro, por meio de uma palestra que assisti referente ao livro Avaliação de contexto na Educação Infantil no dia 05 de novembro de 2013 no II Encontro Estadual do Proinfância Bahia MEC-UFBA.

Com isso, a organização para a elaboração deste trabalho ocorreu da seguinte forma: primeiramente, um levantamento de materiais (da literatura e por meio da internet), em seguida o estudo do material, salientando que durante o processo de construção ainda foram necessárias outras leituras para complementação, para isso, foram feitas anotações e marcações nos textos que auxiliaram na construção da escrita.

Todos os autores destacados acima e os que foram citados ao longo deste trabalho ajudaram de forma significativa e foram essenciais para a constituição da fundamentação teórica que podem ser percebidos nos capítulos II e III, atendendo aos principais temas deste trabalho monográfico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como foco de análise a avaliação da criança na Educação Infantil com base em estudos bibliográficos. Com isso, esta pesquisa tem o intuito de aprofundar os estudos sobre a avaliação na Educação Infantil. Para isso, investiguei o que a literatura diz sobre este tema e procurei identificar concepções e princípios da avaliação nesse segmento, além de identificar e analisar os elementos constitutivos da documentação da aprendizagem da criança na Educação Infantil.

Há pouco tempo atrás, não havia uma obrigatoriedade em relação ao avaliar na Educação Infantil. Recentemente, tivemos um bom avanço que foi a matrícula obrigatória na pré-escola. Esse marco foi comemorado por todos aqueles que estudam e defendem e lutam por uma Educação Infantil de qualidade para as crianças, porém ainda há muito que se discutir e refletir acerca da avaliação da aprendizagem da criança na Educação Infantil.

Os documentos legais que orientam as práticas pedagógicas da Educação Infantil e que foram citados ao longo do trabalho me permitiram ter um conhecimento maior acerca dessa temática, fazendo-me perceber quais os direitos e o que pode e deve ser considerado para avaliar na Educação Infantil.

Com base nos estudos, fica evidente a necessidade de considerar a criança como centro da ação avaliativa e frisar que no processo de avaliação além da criança, o professor, a equipe pedagógica, a instituição, as famílias e os documentos legais, que defendem e garantem os direitos das crianças, também devem ser considerados. Cada um deles tem o seu papel e se todos trabalharem de forma conjunta será o ideal para se alcançar os resultados significativos no desenvolvimento das crianças.

Diante das leituras realizadas e reflexões feitas acerca da temática, de forma geral, acredito que para realizar a avaliação na Educação Infantil é preciso avaliar o processo, ou seja, precisa ser feita de maneira contínua, considerando todos os momentos e não fixando um determinado período para realizá-la.

É importante considerar que para avaliar é preciso que o próprio educador analise a sua prática educativa e esteja aberto, a partir dessas análises, a mudar,

acrescentar, retirar elementos em sua prática para que essas estejam condizentes com as reais necessidades das crianças.

Um termo utilizado neste trabalho que até realizar as leituras eu ainda não conhecia foi documentação pedagógica. Embora não conhecesse, ao ler sobre percebi que já é colocado em prática por muitos pedagogos. Pude perceber que a documentação pedagógica atua como um instrumento para a reflexão sobre a prática pedagógica e que estes são os registros que fazemos a todo o momento, com o intuito mesmo de documentar tudo o que acontece, em relação ao conteúdo referente ao que as crianças estão fazendo e dizendo e em relação ao processo, para poder acompanhar como está o desenvolvimento do trabalho do professor e das crianças.

Esses registros são demonstrados através dos relatórios, fotografias, desenhos, álbuns e portfólios. Estes são alguns exemplos de instrumentos para a avaliação na Educação Infantil. Além deles ainda existem: o diário de campo, registros individuais e coletivos, relatórios de avaliação, anedotários, planilhas, entrevistas, roda de conversa, autoavaliação, comentários dos pais, colegas, dentre outros. Enfim, todos eles podem ser utilizados, cada um apresenta suas finalidades e que contribuem para uma boa avaliação. É necessário que esses registros sejam feitos para que possamos lembrar, pensar sobre, aprimorar, entender, enfim, para refletir.

Como estudante de Pedagogia, o tema estudado possibilitou a compreensão e perceber o quanto é importante considerarmos a avaliação na Educação Infantil, nos levando a refletir em relação ao nosso papel enquanto educadores das crianças.

Vale salientar que este trabalho é mais uma colaboração de material discutindo esse tema. Ainda é preciso muito mais. Os estudos não param por aqui. A todo o momento temos alterações, contribuições que podem enriquecer cada vez mais a nossa prática pedagógica. Esses estudos não precisam apenas ser através desse tipo de trabalho monográfico. Acredito que se houverem mais palestras, simpósios, reportagens, artigos, conferências, tudo isso já ajudará bastante na propagação de informações que são de real importância para o crescimento e amadurecimento de ideias de nos educadores.

Em suma, eu desejo que este trabalho possa contribuir para que os profissionais envolvidos na Educação Infantil sejam eles já formados ou em formação, estudiosos da área ou para quem se interesse que estes, se permitam refletir acerca do que foi abordado neste trabalho e com isso aprimore sua prática pedagógica, conscientizando-se, cada vez mais, sobre a importância do avaliar na Educação Infantil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ordália Alves. **Avaliação na Educação Infantil com o protagonismo da criança**. Presente! Revista de Educação. Dez/2010/ mar 2011. p. 35 – 41.

ANDRADE, Matia Margarida de. Técnicas de Pesquisa Bibliográfica. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 39 – 57.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Da avaliação ao acompanhamento. In: \_\_\_\_\_. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil** / Maria Carmem Silveira Barbosa, Maria da Graça Souza Horn. – Porto Alegre: Artmed, 2008. 128p.

BASSEDAS, Eulália. **Aprender e ensinar na educação infantil**/ Eulália Bassedas, Tera Huguet & Isabel Sole; trad. Cristina Maria de Oliveira, - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BHERING, Eliana; FULLGRAF, Jodete. Avaliação na Educação Infantil: velhas tendências e novas perspectivas. In: VAZ, Alexandre Fernandez.; MOMM, Caroline Machado. **Educação infantil e sociedade**: questões contemporâneas. – Nova Petrópolis: Nov Harmonia, 2012. 189p.

BONDIOLI, Anna; SAVIO, Donatella. Avaliar a realização do projeto educativo: uma experiência compartilhada entre pais e professoras das pré-escolas. In: \_\_\_\_\_. **Participação e qualidade em educação da infância**: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos/ Organizado por Ana Bondioli, Donatella Savio; contribuições de Francesca D' Alfonso...[et AL.]; tradução de Luiz Ernani Fritoli. – Curitiba: Ed. UFPR, 2013. 311p.

**BRASIL**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** – Brasília: MEC/SEB, 2009.

CANDIDO, Ana A. S.; PEDRON, Liliane M. C.; GONÇALVES, Natália K. R.; RUEGGER, Rosemeire A. H. **Reflexões sobre a avaliação à luz do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Disponível em: <[DAHLBERG, Gunilla; Peter, MOSS & Alan, PENCE. Documentação Pedagógica uma prática para a reflexão e para democracia. In: \\_\\_\\_\\_\\_. \*\*Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós- modernas\*\*. Porto Alegre: Artmed, 2003](http://fcla.edu.br/unar2007/revista/pdf_V2_2008/2.%20CANDIDO,%20A.A.S.;%20PEDRON,%20L.M.C.;%20GON%C3%87ALVES,%20N.K.R.;%20RUEGGER,%20R.A.H>.pdf. Acesso em: 03 maio 2013.</p>
</div>
<div data-bbox=)

GIL, Antônio Carlos, 1946-Como Classificar as Pesquisas? In: \_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação na Educação Infantil? In: \_\_\_\_\_.

**Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista.**- Porto Alegre: Mediação, 2010. (40. Ed. Ver. E atual. Ortog.) 104p.

LOPES, Amanda Cristina Teagno. **O registro da prática docente: instrumento de formação e transformação**. Revista de Educação – CEAP –Ano 11- nº 40 – Salvador, mar/2003 (p.43-54).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUZARDO, Raquel Costa Cardoso. **Avaliação em educação infantil: concepções de professores sobre o papel do portfólio**. 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppge/files/2009/07/dissertacao-raquel.pdf>>. Acessado em: 07 maio 2013.

MACEDO, Neusa Maria de. **Iniciação a Pesquisa Bibliográfica**. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=2z0A3cc6oUEC&printsec=frontcover&dq=pesquisa+bibliogr%C3%A1fica&hl=ptPT&sa=X&ei=riz\\_UITXEcOZ0QHwIIHABA&ved=0CC8Q6AEwAA](http://books.google.com.br/books?id=2z0A3cc6oUEC&printsec=frontcover&dq=pesquisa+bibliogr%C3%A1fica&hl=ptPT&sa=X&ei=riz_UITXEcOZ0QHwIIHABA&ved=0CC8Q6AEwAA)>. Acessado em: 09 dez 2013.

MARQUES, Amanda Cristina T. Lopes; ALMEIDA, Maria Isabel de. **A Documentação pedagógica na abordagem de Reggio Emilia**. *Revista Eletrônica Pesquiseduca* - v.3, n.5, jan.- jun. 2011. pp.102-128.

\_\_\_\_\_. **A documentação pedagógica na abordagem italiana: apontamentos a partir de pesquisa bibliográfica.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 12, n. 36, p. 441-458, maio/ago. 2012.

MICARELLO, Hilda. **Avaliação e transições na Educação Infantil.** Anais do I Seminário Nacional: Currículo em movimento – perspectivas atuais- Belo Horizonte, novembro de 2010.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica.** Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=rwyufjs\\_DhAC&pg=PA53&dq=pesquisa+bibliogr%C3%A1fica&hl=ptPT&sa=X&ei=mi7\\_UKCrD7CQ0QHf04HoBg&ved=0CD4Q6AEwAw#v=onepage&q=pesquisa%20bibliogr%C3%A1fica&f=false](http://books.google.com.br/books?id=rwyufjs_DhAC&pg=PA53&dq=pesquisa+bibliogr%C3%A1fica&hl=ptPT&sa=X&ei=mi7_UKCrD7CQ0QHf04HoBg&ved=0CD4Q6AEwAw#v=onepage&q=pesquisa%20bibliogr%C3%A1fica&f=false)>. Acessado em: 09 dez 2013.

RODRIGUES, Sílvia Adriana; Garms, Gilza Maria Zauhy. **Concepções metodológicas de avaliação na educação infantil:** os percalços e os desafios da atualidade. pp. 2309 – 2312.

ROSSETTI- FERREIRA, Maria Clotilde. As leis e as normativas da Educação Infantil Brasileira. In:\_\_\_\_. **Os Fazeres na Educação Infantil/** – 12. Ed. – São Paulo: Cortez; Ribeirão Preto, SP, 2011. Outros organizadores: Ana Maria Mello, Telma Vitoria, Adriano.

\_\_\_\_\_. Avaliação na Educação Infantil. In:\_\_\_\_. **Os Fazeres na Educação Infantil/** – 12. Ed. – São Paulo: Cortez; Ribeirão Preto, SP, 2011. Outros organizadores: Ana Maria Mello, Telma Vitoria, Adriano.

## ANEXO I – Roteiro de Observação

(Sugestão de roteiro de observação na Educação Infantil utilizado na disciplina de prática de Ensino do Curso de Pedagogia da UDESC, de autoria de Costa (2006))

1. Como foi a entrada e a saída das crianças? E os outros momentos da rotina (troca, higiene, lanche, sono)?
2. Como foi a participação das crianças? Demonstraram interesse/ entusiasmo? Em quê? Quais os momentos de maior concentração? Como as crianças se organizaram nos diversos momentos? Surgiram novas parcerias?
3. Houve conflitos? Quem desencadeou? O que foi feito? Deu certo? Que hipóteses teria para solucionar?
4. As situações e atividades propostas foram apropriadas às crianças e ao momento? Como foram apresentadas/ introduzidas ao grupo? O que foi positivo? O que ficou faltando, ou o que poderia ser encaminhado de outra forma?
5. Onde foram realizadas as atividades? Houve mudança na disposição dos móveis? Como os materiais foram organizados e utilizados?
6. Como as crianças reagiram á organização espacial proposta? Fizeram modificações? Interagiram? Ignoraram alguma proposta? Qual foi o espaço mais procurado?
7. Que assuntos surgiram nas conversas e brincadeiras das crianças? É relevante incorporá-los no projeto do trabalho? Como poderiam ser aproveitados?